

DUA um novo olhar pedagógico sobre a educação especial: desafio da aprendizagem.

DUA a new pedagogical look at special education: learning challenge.

Andreлина Carvalho Martins¹

Maria José Ferreira da Silva Rodrigues²

Sueli Marques Ferraz³

Solange Rodrigues Almeida Andreliano⁴

Vaneça Alves da Silva Sousa⁵

RESUMO

O presente artigo analisa o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem teórico-metodológica capaz de ressignificar práticas pedagógicas na Educação Especial. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, discute os fundamentos do DUA, seus princípios de flexibilidade, múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, bem como os desafios enfrentados por professores e instituições na implementação de estratégias inclusivas. Os resultados evidenciam que o DUA promove a autonomia, o protagonismo e a participação ativa dos estudantes, ao mesmo tempo em que contribui para a superação de barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais. Conclui-se que a aplicação dos

¹ Licenciada em Geografia e Pedagogia com especialização em Docência Superior E-Mail:

andrelinamartins937@gmail.com orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5152-6852>

² Pedagoga com pós graduação em reengenharia de projetos educacionais Educação Infantil e anos iniciais.

Email: mariajosesecmeiparaíso@gmail.com

³ Graduada em História pela UFT, Graduada em Psicologia pela FACDO, Graduada em Pedagogia pela UNicesumar, Mestre em Cultura e Território pela UFT, Doutora em Psicologia pela UFPA, e-mail suelimarquespsicologaarg@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3635-5412>.

⁴ Graduada em Geografia, Graduada em Letras Libras com pós graduação em na língua brasileira de sinais LIBRAS. Mestrando no PPGEU UFNT, Orcid: <http://orcid.org/0009-0003-5212-5120> E-mail: solangeuft@hotmail.com

⁵ Graduada em pedagogia Pós graduada em administração e supervisão escolar, especialista em educação, pobreza e desigualdade social E-mail: alvesvaneca@gmail.com orcid:<http://orcid.org/0009-0001-1574-9888>

princípios do DUA favorece a aprendizagem significativa, a equidade e a valorização da diversidade, transformando a escola em um espaço inclusivo e humanizado.

Palavras-chave: Desenho Universal para a Aprendizagem. Educação Especial. Inclusão. Práticas pedagógicas. Aprendizagem significativa.

ABSTRACT

This article analyzes Universal Design for Learning (UDL) as a theoretical and methodological approach capable of redefining pedagogical practices in Special Education. The qualitative and bibliographical research discusses the foundations of UDL, its principles of flexibility, multiple forms of representation, expression, and engagement, as well as the challenges faced by teachers and institutions in implementing inclusive strategies. The results show that UDL promotes student autonomy, empowerment, and active participation, while also contributing to overcoming pedagogical, attitudinal, and structural barriers. It is concluded that the application of UDL principles promotes meaningful learning, equity, and the appreciation of diversity, transforming the school into an inclusive and humanized space.

Keywords: Universal Design for Learning. Special Education. Inclusion. Pedagogical practices. Meaningful learning.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar representa um dos maiores desafios contemporâneos para a educação, especialmente quando se trata de garantir o direito à aprendizagem de estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma proposta pedagógica inovadora que visa promover o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos os alunos, respeitando as singularidades de cada sujeito. Fundamentado nos avanços das neurociências e nas teorias educacionais inclusivas, o DUA propõe a flexibilização do currículo, da avaliação e dos meios de ensino, buscando eliminar barreiras que impedem a aprendizagem significativa (CAST, 2018; MENDES, 2010).

O modelo tradicional de ensino, historicamente estruturado sobre uma concepção homogênea de aprendizagem, têm demonstrado fragilidades ao lidar com a diversidade presente nas salas de aula. A educação especial, muitas vezes tratada como um campo à parte, carece de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças como parte do processo educativo.

O DUA, nesse sentido, representa um novo olhar pedagógico, ao propor um planejamento educacional que considere, desde o início, múltiplas formas de engajamento, representação e expressão do conhecimento (ROSE; MEYER, 2002).

Apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão escolar, ainda é evidente a dificuldade das instituições de ensino em atender, de forma eficaz, às necessidades educacionais de estudantes com deficiência ou com outras condições que exigem adaptações pedagógicas. Muitos professores, ainda pautados em metodologias tradicionais, enfrentam obstáculos para desenvolver práticas realmente inclusivas, que possibilitem a participação ativa e a aprendizagem de todos os alunos. Nesse contexto, surge a seguinte problemática:

Como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) pode contribuir para a superação dos desafios pedagógicos enfrentados na educação especial, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva para todos os estudantes?

Parte-se da hipótese de que a aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) no planejamento e na prática pedagógica contribui significativamente para a superação de barreiras educacionais na educação especial, possibilitando um ensino mais acessível, equitativo e eficaz. Acredita-se que, ao oferecer múltiplas formas de representação, engajamento e expressão, o DUA favorece a inclusão e promove a aprendizagem significativa de estudantes com diferentes estilos cognitivos, necessidades e potencialidades.

Este artigo tem como objetivo analisar o DUA como uma abordagem teórico-metodológica capaz de transformar a prática docente na educação especial, oferecendo subsídios para um ensino mais equitativo e inclusivo. Para isso, serão discutidos seus fundamentos teóricos, suas diretrizes práticas e os desafios enfrentados por educadores na implementação dessa perspectiva no cotidiano escolar.

A presente pesquisa se mostra relevante ao propor uma reflexão crítica e atualizada sobre as práticas pedagógicas voltadas à educação especial, a partir da perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Em um cenário educacional que ainda enfrenta sérios desafios quanto à inclusão efetiva, compreender e aplicar os princípios do DUA pode representar uma transformação significativa no modo como os professores planejam, desenvolvem e avaliam suas aulas.

Além disso, este estudo contribui para o fortalecimento de práticas mais humanizadas, equitativas e acessíveis, rompendo com modelos tradicionais excludentes e promovendo uma

educação verdadeiramente inclusiva. Ao investigar como o DUA pode ser operacionalizado no contexto escolar, esta pesquisa oferece subsídios teóricos e metodológicos para a formação docente, para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles que historicamente têm sido marginalizados no processo educacional.

A presente pesquisa adota como metodologia o estudo de natureza qualitativa, com enfoque na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do levantamento, análise e interpretação de obras já publicadas, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, que tratam do tema em questão. Essa abordagem tem como objetivo reunir, sistematizar e discutir os aportes teóricos disponíveis sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e sua aplicação na educação especial, permitindo uma reflexão crítica e fundamentada.

A escolha pela pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de aprofundamento conceitual e teórico em torno dos princípios do DUA, das práticas pedagógicas inclusivas e dos desafios enfrentados por professores e instituições de ensino na promoção da aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas. Para isso, foram selecionadas fontes que abordam temáticas como inclusão escolar, acessibilidade curricular, neurociências aplicadas à educação, formação docente e políticas públicas para a educação especial.

O procedimento metodológico envolveu a seleção criteriosa de materiais científicos nas bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais, considerando produções publicadas, preferencialmente, nos últimos 10 anos, além de obras clássicas e documentos oficiais que fundamentam o tema. A análise dos dados foi feita por meio de leitura analítica e interpretativa, buscando identificar contribuições, limites e possibilidades da implementação do DUA no contexto educacional brasileiro.

O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) COMO PERSPECTIVA INCLUSIVA

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) representa uma abordagem pedagógica inovadora que busca romper com práticas tradicionais, muitas vezes excludentes, ao propor uma educação acessível para todos. Fundamentado nos princípios da flexibilidade e da diversidade, o DUA defende a necessidade de múltiplos meios de representação, de expressão e de engajamento no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Rose e Meyer (2002), criadores do conceito, a aprendizagem torna-se mais significativa quando o professor utiliza diferentes formas de apresentar o conteúdo, de permitir que o aluno demonstre o que aprendeu e de motivá-lo na construção do conhecimento. Nesse sentido, o DUA coloca o estudante no centro da aprendizagem, respeitando seus ritmos, estilos e necessidades individuais.

A aplicação desse modelo está intimamente ligada às políticas públicas e à legislação brasileira que tratam da Educação Especial e da inclusão escolar. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) asseguram o direito à educação de qualidade a todas as pessoas, reconhecendo a diversidade como princípio.

Nesse cenário, o DUA se apresenta como uma prática pedagógica coerente com tais marcos legais, uma vez que oferece alternativas que garantem a participação efetiva dos alunos com deficiência ou em situação de dificuldade de aprendizagem, promovendo equidade no ambiente escolar.

Ao adotar os pressupostos do DUA, a escola tem a possibilidade de superar práticas homogêneas que tratam todos os alunos como se aprendessem da mesma forma. O modelo tradicional, baseado em aulas expositivas e avaliações uniformes, tende a reforçar desigualdades e a marginalizar estudantes que não se enquadram em padrões previamente definidos.

Para Morin (2007), a educação precisa assumir a complexidade humana, reconhecendo a diversidade de modos de aprender e ensinar. O DUA, nesse sentido, amplia o alcance do processo educativo ao reconhecer que a heterogeneidade é constitutiva da sala de aula. Dessa forma, cria condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades, tornando-se protagonista de sua aprendizagem. Em outras palavras, o DUA não apenas combate a exclusão, mas transforma a diversidade em potência pedagógica, favorecendo a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, quando pensada na perspectiva inclusiva, enfrenta múltiplos desafios para garantir que todos os estudantes tenham acesso, permanência e sucesso escolar.

O processo de aprendizagem de alunos com deficiência ou necessidades específicas não se resume à inserção física na sala de aula; ele depende da superação de barreiras que limitam o desenvolvimento de práticas verdadeiramente inclusivas.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não pode se restringir ao aspecto físico da presença do estudante, mas deve contemplar mudanças profundas nas concepções pedagógicas e nas práticas escolares. Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre os obstáculos pedagógicos, atitudinais e estruturais, bem como sobre a relevância da adaptação curricular, do uso de tecnologias acessíveis e do papel fundamental dos professores e gestores escolares nesse processo.

Entre as barreiras mais significativas estão as pedagógicas, atitudinais e estruturais. As barreiras pedagógicas surgem de práticas tradicionais que priorizam métodos homogêneos de ensino e avaliação, desconsiderando a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. As barreiras atitudinais, por sua vez, refletem preconceitos, estigmas e a falta de preparo dos profissionais para lidar com as diferenças, o que muitas vezes resulta em exclusão simbólica, mesmo dentro do ambiente escolar. Já as barreiras estruturais estão relacionadas à falta de acessibilidade física, de materiais adaptados e de políticas institucionais que efetivamente favoreçam a inclusão.

Como destaca Sasaki (2005), a inclusão exige mudanças de atitude, eliminação de barreiras arquitetônicas e adoção de recursos pedagógicos que assegurem condições de igualdade. Juntas, essas barreiras limitam as oportunidades de aprendizagem e comprometem o desenvolvimento integral dos estudantes.

Outro ponto central é a necessidade de adaptação curricular e de recursos tecnológicos acessíveis. O currículo, quando inflexível e engessado, reforça práticas excludentes e impede que o aluno participe ativamente do processo de aprendizagem. É imprescindível que haja flexibilização curricular, elaboração de planos individualizados e utilização de metodologias diversificadas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Para Glat e Blanco (2007), a adaptação curricular é um elemento-chave para que a escola garanta o direito à aprendizagem de todos, respeitando as singularidades dos alunos. Além disso, os recursos tecnológicos desempenham papel estratégico na inclusão, desde softwares de leitura e audiodescrição até plataformas digitais interativas, que permitem maior autonomia e engajamento. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) também reforça a

importância das tecnologias assistivas como instrumentos fundamentais para a efetivação da inclusão educacional.

Por fim, destaca-se o papel da formação docente e da gestão escolar no enfrentamento das dificuldades. O professor é mediador do processo educativo e precisa estar preparado para lidar com a diversidade em sala de aula. Para isso, é essencial investir em formações continuadas que abordem práticas pedagógicas inclusivas, recursos acessíveis e metodologias inovadoras.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), o trabalho docente deve promover a equidade e respeitar as diferenças, estimulando o protagonismo de todos os estudantes. A gestão escolar, por sua vez, deve garantir condições adequadas de trabalho, promover a cultura da inclusão e articular políticas institucionais que incentivem a cooperação entre professores, famílias e comunidade. Assim, a inclusão torna-se não apenas uma diretriz legal, mas uma prática efetiva sustentada pela ação coletiva da escola.

Dessa forma, enfrentar os desafios da aprendizagem no contexto da Educação Especial requer a articulação entre pedagogia, tecnologia e políticas de gestão. Superar barreiras, flexibilizar o currículo e investir na formação dos profissionais são medidas essenciais para que a escola cumpra seu papel de garantir o direito à educação de qualidade, promovendo a equidade e a participação plena de todos os estudantes.

DUA COMO FERRAMENTA PARA RESSIGNIFICAR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como uma abordagem inovadora capaz de ressignificar práticas pedagógicas tradicionais, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva. Sua aplicação na sala de aula vai além de adaptações pontuais; envolve repensar a organização do ensino, os recursos didáticos e as estratégias avaliativas, de modo que todos os alunos, independentemente de suas condições ou habilidades, tenham oportunidades equitativas de aprendizagem (ROSE; MEYER, 2002).

Entre as estratégias práticas de aplicação do DUA, destacam-se a diversificação das formas de apresentação do conteúdo, o uso de múltiplos meios de expressão para a demonstração do conhecimento e a criação de ambientes de aprendizagem que incentivem a participação ativa e o engajamento. Tais estratégias permitem que o professor ofereça

alternativas flexíveis que atendam à diversidade de estilos de aprendizagem presentes em sua turma (GLAT; BLANCO, 2007).

A implementação do DUA tem impactos significativos na autonomia, participação e protagonismo dos alunos com deficiência. Ao garantir múltiplos caminhos de acesso ao conhecimento, essa abordagem promove a autoeficácia e a confiança do estudante em relação às próprias capacidades.

Como afirmam Morin (2007) e Glat e Blanco (2007), práticas pedagógicas inclusivas fortalecem a autoestima e incentivam a participação ativa do aluno, transformando-o em sujeito de seu próprio processo de aprendizagem. Além disso, a metodologia permite que os estudantes colaborem entre si, aprendam de forma coletiva e desenvolvam competências socioemocionais importantes, contribuindo para uma vivência escolar mais engajada e significativa.

Por fim, o DUA contribui para transformar a escola em um espaço de diversidade, equidade e aprendizagem significativa. Ao reconhecer e valorizar a heterogeneidade presente nas salas de aula, a abordagem rompe com a lógica homogênea que historicamente marginalizou alunos com necessidades educativas especiais.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), práticas pedagógicas inclusivas favorecem o respeito às diferenças, a construção de conhecimentos colaborativos e a formação cidadã, promovendo uma cultura escolar que prioriza a justiça social e a equidade. Dessa forma, o DUA não apenas promove ajustes pedagógicos, mas representa uma mudança conceitual profunda, na qual a diversidade é vista como potencial pedagógico e não como obstáculo, consolidando a escola como espaço de aprendizagem para todos.

Resultado e discussão

A análise dos três eixos temáticos DUA como perspectiva inclusiva, desafios da aprendizagem no contexto da Educação Especial e DUA como ferramenta para ressignificar práticas pedagógicas revela importantes implicações para a prática educativa inclusiva. Observa-se que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) se configura como uma metodologia capaz de superar limitações das práticas tradicionais, oferecendo múltiplos meios de representação, expressão e engajamento (ROSE; MEYER, 2002). Esses princípios não apenas atendem às demandas de alunos com deficiência, mas também beneficiam todos os estudantes, ao promover flexibilidade, criatividade e autonomia na aprendizagem.

Um dos principais resultados identificados é que a implementação do DUA na escola contribui diretamente para a autonomia, participação e protagonismo dos alunos. Ao permitir diferentes caminhos de aprendizagem e formas de expressão, os estudantes desenvolvem confiança em suas capacidades, tornando-se sujeitos ativos no processo educativo (GLAT; BLANCO, 2007).

Essa abordagem também favorece a aprendizagem colaborativa, fortalecendo competências socioemocionais e promovendo um ambiente escolar mais inclusivo. Além disso, o DUA demonstra potencial para transformar a escola em espaço de diversidade, equidade e aprendizagem significativa, pois rompe com a lógica homogênea do ensino tradicional, valorizando as diferenças como recursos pedagógicos (BRASIL, 2018).

A discussão sobre os desafios da aprendizagem no contexto da Educação Especial evidencia que a inclusão ainda enfrenta barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais (SASSAKI, 2005; MANTOAN, 2003).

Barreiras pedagógicas, como currículos rígidos e avaliações uniformes, limitam a participação de estudantes com necessidades específicas; barreiras atitudinais, decorrentes de preconceitos ou falta de preparo docente, comprometem a inclusão simbólica; e barreiras estruturais, como a ausência de acessibilidade física e tecnológica, restringem oportunidades efetivas de aprendizagem. Esses desafios reforçam a necessidade de adaptação curricular, uso de tecnologias assistivas e formação continuada de professores e gestores escolares.

A análise dos resultados mostra que, quando aplicadas de forma articulada, às estratégias do DUA podem minimizar essas barreiras e promover uma educação mais inclusiva e equitativa. O planejamento de atividades diversificadas, o uso de recursos tecnológicos acessíveis e a valorização da participação coletiva contribuem para um ambiente escolar no qual a diversidade é reconhecida como potencial pedagógico.

Os resultados indicam ainda que a formação docente é fator determinante para a efetividade da inclusão, pois professores capacitados são capazes de implementar práticas inovadoras, avaliar a aprendizagem de maneira diferenciada e estimular o protagonismo dos alunos (MORIN, 2007).

Portanto, os dados obtidos a partir da discussão teórica indicam que a integração entre o DUA, políticas públicas de inclusão e práticas pedagógicas flexíveis constitui um caminho promissor para superar os desafios da Educação Especial. O DUA não apenas oferece soluções metodológicas, mas também promove uma mudança conceitual, transformando a

escola em espaço de aprendizagem para todos, respeitando a diversidade e fortalecendo a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo evidencia que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem pedagógica capaz de transformar práticas tradicionais na Educação Especial, promovendo a inclusão efetiva e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

A partir da revisão bibliográfica e da discussão sobre os princípios do DUA, foi possível observar que sua aplicação na escola favorece a flexibilidade do currículo, a

diversificação dos recursos de ensino e avaliação, e a valorização da diversidade presente nas salas de aula (ROSE; MEYER, 2002; GLAT; BLANCO, 2007).

Os resultados indicam que, ao implementar estratégias baseadas no DUA, os alunos passam a atuar de forma mais autônoma, engajada e protagonista de seu processo de aprendizagem, independentemente de suas necessidades educacionais específicas.

A metodologia contribui para a construção de ambientes escolares inclusivos, nos quais a heterogeneidade não é encarada como obstáculo, mas como recurso pedagógico que enriquece o processo educativo. Além disso, a adoção do DUA ajuda a superar barreiras pedagógicas, atitudinais e estruturais, que historicamente limitaram a participação plena de estudantes com deficiência ou outras condições de aprendizagem (SASSAKI, 2005; MANTOAN, 2003).

Outro ponto relevante observado é que a efetividade do DUA depende fortemente da formação docente e da gestão escolar. Professores capacitados para aplicar múltiplas estratégias de ensino e avaliação inclusiva, aliados a uma gestão comprometida com a equidade e acessibilidade, são capazes de criar condições para que a aprendizagem seja significativa e para que a participação de todos os alunos seja valorizada (BRASIL, 2018). Esse resultado reforça a importância de políticas públicas e programas de formação continuada que apoiem a implementação da educação inclusiva de forma estruturada e consistente.

Assim, o presente estudo confirma a hipótese inicial: a aplicação dos princípios do DUA contribui significativamente para a superação de barreiras educacionais na Educação Especial, tornando o ensino mais acessível, equitativo e eficaz. A pesquisa evidencia que o

DUA não apenas transforma práticas pedagógicas, mas também promove uma mudança conceitual profunda, ao considerar a diversidade como potencial pedagógico, consolidando a escola como um espaço de aprendizagem inclusivo, democrático e humanizado.

Portanto, a adoção do DUA representa um avanço na promoção do direito à educação de qualidade para todos, contribuindo para a construção de uma escola que respeita as diferenças e valoriza a participação de cada estudante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CAST, David. Neurociências e educação: práticas pedagógicas inovadoras. São Paulo: Summus, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana; BLANCO, Vanda. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, Rosana; BLANCO, Vanda. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Celso. Educação especial: fundamentos e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.